

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR

CHALLENGES OF BLACK STUDENTS' STAY IN HIGHER EDUCATION

Isabelle Santos de Sousa¹
Kamilyly Duarte Sousa²
Lila Cristina Xavier Luz³

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar os desafios que estudantes negros que ingressaram na universidade por meio da política de cotas raciais presenciam no âmbito universitário, especificamente na Universidade Federal do Piauí. A metodologia utilizada foi um levantamento bibliográfico sobre as políticas de ações afirmativas e a implementação dessas políticas. Inicialmente realizou-se uma revisão conceitual e histórica sobre as políticas de ações afirmativas e as cotas raciais no ensino superior. Em seguida, realizou-se uma discussão acerca da institucionalização das ações afirmativas na Universidade Federal do Piauí, explicitando-se alguns desafios que estudantes cotistas enfrentam para permanecer frequentando a universidade. No estudo observou-se que mesmo com a política de cotas raciais que permite a entrada de estudantes negros na universidade, essas ações não são suficientes para garantir sua permanência no decorrer da graduação pois existem diversas dificuldades enfrentadas por esdurantes no percurso acadêmico.

Palavras-chave: Ações afirmativas. ensino superior. desafios. permanência

¹ Graduanda do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Email: isabellesantos.ufpi@gmail.com.

² Graduanda do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Email: kamilylyduarte1968@gmail.com.

³ Doutora em Serviço Social. Docente na UFPI do curso de Serviço Social, onde ministra aula no Departamento de Serviço Social e no Mestrado em Sociologia. É Coordenadora do NUPEC-Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens. Email: lilaxavier@hotmail.com.

ABSTRACT

The article aims to analyze the challenges that black students who entered the university through the racial quota policy face at the university level, specifically at the Federal University of Piauí. The methodology used was a bibliographical survey on affirmative action policies and the implementation of these policies. Initially, a brief conceptual and historical review was conducted on affirmative action policies and racial quotas in higher education. Next, a discussion was presented about the institutionalization of affirmative actions at the Federal University of Piauí and the challenges that quota students face in staying at the university. In the study it was observed that even with the racial quota policy that allows black students to enter the university, these actions are not enough to guarantee their permanence during graduation as there are several difficulties faced during the academic journey.

Keywords: Affirmative actions. University education. challenges. permanence

1 INTRODUÇÃO

O acesso à educação superior a princípio é direito e permitido a todos os cidadão. No entanto, contraditoriamente, esse acesso por várias décadas tem sido exclusivamente espaços ocupados, majoritariamente, pelas elites detentoras do capital econômico, que possuem condições de cursar o ensino particular ou cursos preparatórios de excelência para a realização de exames de seleção para ingresso nas instituições públicas de educação superior, especialmente nos cursos de maior prestígio. Dessa forma, os mais ricos têm desfrutado dessa posição como forma de legitimar a posição social que ocupam na estrutura social e ampliar o poder que, em geral, já exercem no conjunto da sociedade.

Diante desse quadro histórico ampliaram-se diversas reivindicações dos movimentos negros brasileiros na luta em prol de direitos dessa parcela da população e do caráter excludente da educação superior, conduzindo debates sobre a implementação de políticas que visem melhorar os índices de escolarização e democratização do ensino superior e que possibilitem o acesso e a efetiva permanência desses segmentos sociais historicamente excluídos do ambiente universitário.

Nesse contexto, as ações afirmativas são mais do que uma mera concessão governamental, pois são resultados desse processo de mobilização. Portanto, um meio imprescindível para sanar distorções historicamente construídas em relação à população negra no Brasil, com o objetivo de provocar o resgate de uma dívida social a esse segmento da sociedade.

Souza (2016) ao tratar sobre o tema afirma que embora a implementação das ações

afirmativas, especialmente as políticas de cotas raciais, tenha possibilitado o aumento significativamente e contribuído para o ingresso de pessoas negras nas universidades e de segmentos dos meios populares, a democratização do ensino superior ainda está distante de se concretizar. Afirma ainda que, para que se torne de fato uma realidade, é necessário ampliar o acesso para outros níveis de ensino. É necessário englobar também a garantia da permanência nesses espaços.

É evidente que os estudantes oriundos de estratos populares socialmente desfavorecidos alcançaram uma conquista importante por meio da Lei nº12.711 (Brasil, 2012), que tornou obrigatória a reserva de vagas para pessoas oriundas de escolas públicas, com baixa renda, negros e indígenas em todos os cursos das IES federais, no entanto faz-se necessário analisar a realidade desses estudantes para além das cotas, sendo imprescindível compreender os desafios que perpassam a permanência desses estudantes.

Face à importância dessa temática, o objetivo desse artigo é apontar alguns dos desafios que estudantes negros que ingressaram na universidade por meio da política de cotas raciais presenciam no âmbito universitário, especificamente na UFPI. O artigo é fruto da experiência vivenciada na disciplina de “Tópico Especial I” do curso de Serviço Social da UFPI, em que foi abordado a temática cotas raciais em virtude dos 10 anos de cotas raciais.

Nessa, foram desenvolvidas algumas reflexões teóricas sobre o racismo estrutural, políticas de branqueamento, cotas na UFPI. Além disso, foram realizadas entrevistas com alunos e alunas cotistas, para recolher seus relatos de experiências e as dificuldades que enfrentam para permanecer no ensino superior.

Para construir este texto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre políticas de ações afirmativas e a implementação dessas políticas, dentre os quais destaca-se Moehlecke (2002) que apresenta o surgimento das ações afirmativas e qual seu significado, Domingues (2005) que trata das ações afirmativas no Brasil e Santos (2009) sobre a permanência de estudantes negros no ensino superior.

Essas referências possibilitaram uma revisão conceitual e histórica sobre as políticas de ações afirmativas e as cotas raciais no ensino superior. Em seguida, a apresentação da discussão acerca da institucionalização das ações afirmativas na Universidade Federal do Piauí e sobre os desafios que estudantes cotistas enfrentam para permanecer na universidade.

2 AÇÕES AFIRMATIVAS E A POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

O conceito de "ação afirmativa" surgiu nos anos de 1960 nos Estados Unidos, durante o movimento contra a segregação e as demandas por intervenções do Estado para assegurar a igualdade de direitos para todos. Nesse período, as leis segregacionistas em vigor no país começam a ser abolidas, com o surgimento do movimento negro como uma força importante na luta pelos direitos civis. De acordo com Moehlecke (2002) foi nesse cenário que surgiu a ideia de ação afirmativa, que exigia do Estado não apenas a garantia de leis anti-segregacionistas, mas também uma postura mais ativa na melhoria das condições de vida da população negra, com a criação de políticas públicas e privadas para o combate à discriminação racial.

No Brasil, segundo Carvalho (2003), a discussão acerca da implantação de ações de caráter reparatório a favor da população negra começou com o Jornal Quilombo, publicado nos anos de 1949 e 1950 pelo grupo de Abdias do Nascimento, importante intelectual e militante na questão do negro na sociedade. O jornal abordava a ideia da entrada de pessoas negras na educação pública e privada, em todos os níveis de ensino. Com isso observa-se que o debate sobre essa temática não é recente.

Vale ressaltar que as ações afirmativas não se limitam somente à implantação de cotas raciais nas universidades. As cotas, que reservam um percentual de vagas para um grupo que se pretende promover, representam uma das estratégias possíveis para o desenvolvimento dessas ações. Desse modo, existem outras maneiras de ações afirmativas destinadas a contribuir para a entrada de determinados grupos sociais no ensino superior público e outros espaços da sociedade. (Sousa *et al*, 2011).

Moehlecke (2002) compreende as ações afirmativas como ações reparatórias, compensatórias que buscam a correção de uma situação de discriminação e desigualdade em que se encontram determinados grupos sociais. Dessa forma, as ações afirmativas representam uma forma de distribuição que busca ser igualitária, destacando as disparidades e discriminações de um grupo específico para embasar políticas públicas capazes de eliminá-las ou reduzi-las.

Segundo a autora, as ações afirmativas têm o objetivo de reduzir as desigualdades que se acumularam ao longo da história, assegurando a equidade de oportunidades e tratamento. Além disso, cumprem também a função de reparar danos causados pela discriminação e exclusão social motivadas por razões como raça, etnia, religião, classe social, gênero e outras.

São ações que se manifestam de diferentes maneiras, incluindo iniciativas voluntárias, obrigatórias ou uma combinação de ambas; programas implementados por entidades governamentais ou privadas; regulamentações e diretrizes estabelecidas por decisões judiciais ou órgãos de apoio e controle. Nesse sentido, as ações afirmativas possuem como público alvo pessoas em situação de desigualdade.

No Brasil foram elaboradas diversas leis fundadas no princípio das ações afirmativas. Tais leis buscavam diminuir a diferença de tratamento legal para grupos que sofreram e ainda sofrem alguma forma de discriminação, como exemplo temos políticas afirmativas voltadas para as mulheres e pessoas com deficiência (Domingues, 2005). No que tange à temática de ações afirmativas direcionadas para pessoas negras no campo da educação superior, somente se consolidou a partir dos anos 2000.

A temática acerca das ações afirmativas para pessoas negras ganhou mais destaque no cenário brasileiro após a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001. Nessa Conferência, buscou-se debater sobre a luta contra a discriminação racial e a adoção de ações afirmativas a favor da população afrodescendente, inclusive a de cotas para negros nas universidades públicas, com a recomendação, dentre outras medidas, que os Estados desenvolvessem ações afirmativas que promovessem o acesso de grupos que são ou podem vir a ser vítimas de discriminação racial (Domingues, 2005).

Como consequência dessa conferência e após muita pressão do movimento negro no Brasil, algumas medidas foram apresentadas na perspectiva de promover os direitos da população negra. Como parte dessa recomendação estão aquelas voltadas para adoção de várias ações que promovessem a eliminação da discriminação racial e a promoção da igualdade de oportunidades para as pessoas negras (Domingues, 2005).

No âmbito da educação superior, quando não havia uma regulamentação federal direcionada para a entrada de pessoas afrodescendentes, às universidades públicas começaram a implementar políticas de ações afirmativas por meio de sua própria iniciativa, pois as instituições públicas de ensino superior gozam de autonomia administrativa principalmente no que se refere à tomada de decisões. Trata-se de um direito democrático que permite às universidades decidirem por adotar ou não as políticas/ações afirmativas como a reserva de vagas para estudantes cotistas.

A implantação de reserva de vagas para acesso de estudantes de escolas públicas no

Ensino Superior brasileiro como forma de democratizar o acesso ao ensino superior, teve como pioneiras a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), em âmbito estadual, que estabeleceram uma porcentagem de vagas para estudantes das redes pública municipal e estadual e também o que mesmo se aplicasse para quem se autodeclarasse negro ou pardo. A Universidade de Brasília (UNB), no âmbito das instituições federais, também foi pioneira nesse processo ao adotar o Sistema de Cotas para Ingresso nos Cursos de Graduação, reservando vagas para estudantes de escolas públicas, autodeclarados negros e indígenas. Na sequência, as Ações Afirmativas foram implementadas por várias instituições de Ensino Superior no país (Passos *et al* 2014).

Com a elaboração da Lei Federal nº 12.711 de 2012 que torna obrigatório às Universidades, Institutos e Centros Federais reservarem 50% das suas vagas para estudantes oriundos de escola pública e, dentre elas, haverá reserva de um percentual especial destinado a estudantes negros (autoidentificados como de cor “parda” ou “preta”) e indígenas, e suas alterações Lei nº 14.723, de 13 de Novembro de 2023. Esses fundamentos legais garantiram que todas as universidades passassem a adotar o sistema de cotas raciais possibilitando a promoção da inclusão social e redução das desigualdades no acesso ao ensino superior.

A partir dessa lei a entrada de estudantes negros nas instituições de ensino superior tornou-se algo recorrente, mas por outro lado trouxe à tona o desafio da permanência deles nessas instituições. Uma permanência, já que na perspectiva de ampliação e de democratização da educação superior não basta apenas a ampliação de vagas suficientes para todos, é necessário também a garantia das condições de permanência dos estudantes negros nas universidades.

Considerando todos esses apontamentos para um melhor entendimento sobre as políticas afirmativas e a legalidade do sistema de cotas nas Instituições de Ensino Superior, é pertinente questionar de que forma os indivíduos marginalizados, especialmente os afrodescendentes, acessaram o ensino superior antes da implementação das Leis Federais. Mais especificamente, é necessário analisar como esse acesso ocorreu na UFPI. Além disso, é crucial investigar se, mesmo com a existência da lei de cotas e sua aplicação, essas normativas garantem a permanência de alunos negros em instituição de ensino superior.

3 AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

A UFPI é uma instituição pública de Educação Superior fundada em 1 de março de 1971, sendo resultado de uma fusão de algumas faculdades isoladas que existiam no estado do Piauí. A UFPI foi uma das pioneiras na implementação de um sistema de reserva de vagas no Estado, adotando a política de cotas sociais para alunos de escolas públicas em 2006, mas somente adotou cotas étnico-raciais após a aprovação da Lei nacional 12.711 em 2012.

A proposta de implementação de cotas sociais na UFPI surgiu de uma iniciativa da própria administração superior. O objetivo é estimular a expansão das vagas e de cursos, assim como para diminuir o problema da reduzida participação de alunos egressos de escolas públicas em cursos de graduação de alta concorrência, considerando que alunos de escola pública eram minoria entre os inscritos no vestibular (Passos *et al*, 2014).

Inicialmente a política de cotas sociais foi aplicada pelo Programa Seriado de Ingresso na Universidade (PSIU) implementado, pela primeira vez, na seleção de 2006. Inicialmente foi reservado um percentual de 5% das vagas de cada curso para candidatos que tivessem realizado a educação básica integralmente (nível fundamental e médio) em escolas públicas. Em 2008 esse percentual foi alterado para 20%. Os critérios utilizados se baseiam somente no tipo de gestão escolar, integrando o ensino superior ao básico desconsiderando os critérios étnicos, raciais ou socioeconômicos. O PSIU utilizava dois modelos de ingresso, o primeiro modelo ganhava forma ao longo de três etapas, uma em cada ano do ensino médio, e a segunda etapa era condensada em que as três etapas eram realizadas no mesmo ano (Passos *et al*, 2014).

Esse sistema de reserva de vagas para egressos de escolas públicas permaneceu na UFPI até a sanção da Lei 12.711, que uniformizou as cotas sociais e raciais para todas as Universidades Federais brasileiras, garantido um percentual de 50% de vagas reservadas a estudantes de escolas públicas. Dentro dessa reserva deveriam ser respeitadas as subcotas para estudantes de baixa renda e para pretos, pardos e indígenas.

Atualmente, em relação ao sistema de ingresso por meio de ações afirmativas, a UFPI segue as regulamentações e legislações vigentes referente a essas modalidades de ingresso na instituição. São exemplos a Portaria Normativa do MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012 que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de

2012, atualizado com as alterações da Portaria nº 2.027/2023 que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e a Portaria Normativa MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - Sisu.

Entretanto, mesmo com essas medidas que viabilizem o acesso de pessoas negras ao Ensino Superior de Educação ainda persistem dificuldades no que se refere a permanência dessas pessoas neste grau de ensino. Nesse sentido, entendemos que a discussão do acesso/ingresso à universidade, especialmente à universidade pública, está intrinsecamente vinculada à questão da permanência estudantil.

4 PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E DESAFIOS ENFRENTADOS POR ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR

A política de assistência estudantil denomina-se como instrumento que tem objetivo de contribuir com a criação e ampliação de ações que proporcionam a permanência dos estudantes na universidade. A assistência estudantil pode ser compreendida de acordo com Magalhães (2013) como um conjunto de ações de inclusão social que visam garantir aos estudantes das camadas populares condições para permanecer no ensino superior, contribuindo para o alcance do êxito no processo formativo.

O contexto de políticas direcionadas ao ensino superior público, na forma da política de assistência estudantil, concretiza-se com base no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que designa recursos específicos para que todas as IFES subsidiem programas locais de permanência/assistência estudantil, representada pela destinação de bolsas aos estudantes matriculados nas IFES. Dessa forma, a PNAES tem a finalidade de ampliar e democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

Os recursos distribuídos pela PNAES têm sido de fundamental importância para a implementação dos programas de assistência estudantil. No entanto, ainda são insuficientes quando se analisa o aumento de demandas apresentadas com a inclusão de diversos segmentos sociais na universidade.

Dessa maneira, observa-se que as políticas públicas de assistência estudantil devem contribuir para diminuir os efeitos das desigualdades sociais por meio da criação de mecanismos que viabilizem a permanência do estudante na universidade, permitindo que concluam com sucesso a trajetória acadêmica. Todavia, essas políticas têm o caráter de dimensão universal, sem recortes pelos grupos de ingresso na universidade, isto é, sem objetivar especificamente o combate das desigualdades raciais presentes entre os estudantes.

Em outras universidades brasileiras identifica-se diferenças. A permanência estudantil, como evidencia Santos (2009) em seu estudo sobre trajetória de estudantes negros na Universidade Federal da Bahia, é formada por duas dimensões correlacionadas. Uma denominada como material e outra como simbólica, juntas envolvem as formas de estudantes no âmbito da universidade. Segundo a autora, a permanência material é a que envolve a produção da vida material e a permanência simbólica é a que abrange as condições simbólicas e as representações sociais.

Nessa perspectiva, as ações que devem abranger a assistência estudantil para assegurar a permanência desses estudantes precisam ser pensadas levando em consideração essas duas formas de permanência, que garantam ações de provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência, tais como custeio de moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros, fatores relacionados à permanência material. Além de ações voltadas à qualidade de inserção, participação e ao sentimento de pertencimento a um ambiente ainda elitista e pouco propício à inclusão, fatores relacionados à permanência simbólica (Santos, 2009).

Na realidade da UFPI, as principais dificuldades encontradas correspondem às condições materiais e econômicas como custeio de moradia, alimentação, transporte coletivo, despesas básicas de manutenção no espaço universitário e, no âmbito de permanência simbólica, o racismo.

A questão financeira foi indicada pelos estudantes como uma das principais dificuldades enfrentadas para se manter na universidade, pois sem condições econômicas para possibilitar o sustento muitos se veem diante do impasse de conseguir permanecer na instituição, realidade de muitos estudantes no Brasil. Essas questões de desvantagens econômicas que acompanham os estudantes negros interferem nitidamente em sua permanência na universidade podendo resultar na evasão escolar, pois sem conseguir se manter financeiramente muitos estudantes negros evadem do ensino superior. Nesse contexto, as bolsas estudantis ofertadas, apesar de não serem o suficiente, atuam como suporte financeiro e estruturam-se como ferramenta

crucial para a entrada na vida universitária, para o seu prosseguimento, assim como para o alcance da conclusão do curso.

A mobilidade é outro aspecto importante. O transporte coletivo também é apresentado como uma dificuldade pelos estudantes da UFPI. Atualmente o transporte público é de fundamental importância para a cidade de Teresina, pois, é o principal meio de locomoção da população mais carente pela cidade e a para os estudantes não seria diferente. Porém, esse modo de deslocamento vem perdendo a qualidade e também há falta de frotas de ônibus, em decorrência da intensa carência de investimentos financeiros (Silva *et al*, 2022). Tal situação acaba por prejudicar os estudantes em vários aspectos, dois deles são: a dificuldade para chegar e sair da universidade, pois devido a ausência de ônibus os estudantes acabam ou por chegar muito tarde ou ter que sair mais cedo de suas aulas para pegar os ônibus. Essa situação acaba influenciando negativamente os discentes em relação a perda de aulas. Outra dificuldade é a superlotação dos ônibus que circulam na universidade, fato que acaba por ter um impacto não só de cansaço físico mas também mental dos estudantes.

Por fim, outro aspecto relatado nas análises é de que os estudantes sofrem preconceito, discriminação, racismo, sentimento de incapacidade e de não pertencimento, muitos dos estudantes negros são alvos de atitudes ou falas discriminatórias no ambiente institucional da universidade. Essas questões perpassam a discussão para além da análise dos aspectos econômicos e financeiros que abrange as trajetórias desse público universitário, estando relacionado a perspectiva simbólica de interações, a apropriação do espaço universitário e a afiliação estudantil (Ganam, 2021).

5 CONCLUSÃO

A partir das iniciativas de algumas instituições públicas de educação superior e posteriormente da Lei Federal nº 12.711/2012, a universidade pública deixou de ser um espaço ocupado prioritariamente pela população branca e economicamente privilegiada. Passou a ser espaço de um contingente de estudantes vindos de camadas populares, ao mesmo tempo em que promoveu uma diversificação do público estudantil, com políticas de inclusão racial, de gênero e de pessoas com deficiência.

Esse processo de democratização do Ensino superior por meio da política de cotas constitui-se em um marco histórico para as universidades, especialmente no que se refere a

formação do seu corpo discente, que passou a ser composto por uma maior diversidade cultural, social e econômica. Nesse contexto, este artigo teve como objetivo realizar uma breve análise sobre as políticas de ações afirmativas, as cotas raciais no ensino superior e as principais dificuldades que estudantes negros da UFPI enfrentam para permanecer na instituição.

A análise realizada revelou que, sob a ótica do acesso às Instituições de Ensino Superior as políticas públicas implementadas trouxeram para a instituição novos públicos, pertencentes a grupos sociais, econômicos e étnicos que, historicamente, estiveram à margem do ensino superior, principalmente em uma instituição que tradicionalmente se constituiu como sendo da elite, como é o exemplo da UFPI. Dessa maneira, foi possível observar que mesmo com as ações afirmativas que auxiliam na entrada dos estudantes mais expostos às desigualdades sociais à instituição, essas ações não garantem a sua permanência no decorrer da graduação, pois existem diversas dificuldades enfrentadas também durante o período de graduação, como por exemplo a falta e/ou insuficiência de ações de permanência que possibilitem auxiliar durante o período em que estes ainda estão na graduação.

No estudo, destaca-se a importância de mecanismos para a implantação das políticas de permanência para o atendimento aos estudantes que ingressam na universidade pela Política de Cotas, considerando que esses estudantes enfrentam dificuldades em diversas esferas da vida social e lidam constantemente com a discriminação e preconceitos. Nesse sentido, é necessário o estabelecimento de mais mecanismos que tenham como objetivo superar os motivos pelas quais as políticas de ações afirmativas foram implementadas, para assim garantir a democratização do acesso à educação, assim como uma avaliação periódica destinada aos aperfeiçoamentos necessários, contemplando não só ingresso, mas especialmente ações institucionais voltadas à permanência. Apenas o comprometimento com essas pautas possibilitará o desenvolvimento efetivo da política de ações afirmativas no ensino superior em busca da superação da discriminação racial no âmbito educacional.

Por fim, é importante concluir que a aproximação da turma com a temática das cotas raciais e a questão étnico racial foi um momento importante para debatermos autores negros e compreender a importância do tema dentro e fora das universidades, bem como a identificar a lacuna sobre esse tema dentro do curso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12711, de 29 de agosto de 2012.** Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos LEI Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. [S. l.], 29 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Assistência Estudantil.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf.

CARVALHO, José Jorge. **Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico.** In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 161-190.

DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 29, p. 164-176, maio/ago. 2005.

GANAM, Eliana Almeida; PINEZI, Ana Keila Mosca. **Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil.** Educação em Revista, v. 37, p. e228757, 2021.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Salvador. – 2013. 205 f.: il; Dissertação de mestrado - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2013.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa: Histórias e Debates no Brasil.** In Cadernos de Pesquisa, nº 117, p. 197-217, novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>> Último acesso em: 12 mar. 2024.

PASSOS, Guiomar de Oliveira; GOMES, Marcelo Batista. **A instituição da reserva de vagas na universidade brasileira: os meandros da formulação de uma política.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ, Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1091-1114, 2014.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: A permanência de estudantes negros no e Ensino Superior como política de Ação Afirmativa.** Tese (Doutorado em Educação). Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, 2009.

SILVA, R. ARAÚJO, R. **O transporte coletivo urbano, por ônibus, em Teresina/pi.** Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, p. 305–320, 2022.

SOUSA, Letícia Pereira; PORTES, Écio Antônio. **As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais.** R. Bras. Est. Pedag, p. 516-541, 2011.

SOUZA, Iael de. **Estudo, estudar, ser estudante no Ensino Superior: condições gerais imanentes e contexto socioeconômico cultural das classes populares.** Revista Labor, Fortaleza, v. 1, n. 16, p. 112-136, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6515>. Acesso em: 25 mar 2024.